

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada no
dia 6 de maio de 2026**

Aos 6 (seis) dias do mês de maio do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sala de reuniões do Centro Municipal de Proteção Civil, no edifício dos Paços do Concelho, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, o Vice-Presidente, Adelino da Silva Cunha, e a/os vereadora/es, Ana Genoveva da Silva Araújo, que participou na reunião por via telemática, recorrendo à plataforma Microsoft Teams, Diogo Carrasqueiras Pereira e António Manuel da Cunha Martins. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 10h00 (dez horas). -----

Por determinação do senhor Presidente, secretariou esta reunião a chefe de gabinete de apoio à Presidência, Liliana Clementina Machado de Sousa. -----

O senhor Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando todos/as os/as presentes.

Seguidamente, o senhor Presidente informou que a ata da reunião do dia 22 (vinte e dois) de abril de 2026 (dois mil e vinte e seis) foi colocada à consideração e votação dos/a senhores/a vereadores/a via email e, perante a ausência de pronúncia, está aprovada por UNANIMIDADE. -----

No período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente informou os/a senhores/a vereadores/a das atividades, iniciativas e outras situações ocorridas e a decorrer no Município, tendo comunicado:-----

- Decorreu no passado fim de semana a 9.^a (nona) edição do Trans Peneda-Gerês, uma prova de *trail running* que contou com a participação de 685 (seiscentos e oitenta e cinco) atletas e que afirma Terras de Bouro no espectro desportivo. Esta prova desportiva é organizada pela Carlos Sá Nature Events e conta com o apoio do Município de Terras de Bouro.-----

- Realizou-se, a 26 (vinte e seis) de abril, a XVII (décima sétima) edição do Ultra Trail da Geira Romana, prova que reuniu centenas de atletas e que é organizada pela Confraria Trotamontes, em parceria com o Clube de Orientação do Minho, e o com o apoio da

Câmara Municipal de Terras de Bouro e de Amares. Mais uma prova desportiva que valoriza o território e dinamiza a economia local. -----

- No âmbito do projeto “Aldeia Segura Pessoas Seguras”, o Município de Terras de Bouro, através do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e com a colaboração da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga e da Associação de Turismo da Aldeia Comunitária da Ermida (ATACE), dinamizou uma ação de sensibilização dedicada à preparação do kit de emergência familiar, na aldeia da Ermida. Nesta sessão foram distribuídos kits de emergência e dadas instruções à população de como atuar de forma rápida e eficaz em situações de emergência, como incêndios rurais, tempestades, cheias ou falhas prolongadas de energia. -----

- A abertura da Época Termal 2026 (dois mil e vinte e seis) foi um verdadeiro sucesso, permitindo uma extraordinária promoção das Termas do Gerês. O senhor Presidente deseja que as Termas tenham muito êxito e que supere a afluência de termalistas do ano anterior, visto ter sido prejudicada pelos incêndios que deflagraram no Parque Nacional da Peneda Gerês. -----

- No âmbito das comemorações do 25 de Abril, foi inaugurada o percurso interpretativo dedicado à Célula Defensiva de Bouro, também conhecida como a Trincheira do Campo do Gerês, um património histórico que se encontrava esquecido, mas que possui grande relevância na história do território e das suas gentes. O senhor Presidente agradece ao Cristóvão Carvalho, Chefe da Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto, todo o trabalho desenvolvido na concretização deste projeto, e aos Baldios do Campo do Gerês, toda a colaboração prestada.-----

- Foi divulgada informação sobre a data de término da gratuitidade da georreferenciação de propriedades, no âmbito do sistema de informação cadastral simplificado do BUPi - Balcão Único do Prédio. Por conseguinte, a partir de 1 (um) de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis) será cobrada uma taxa por cada Representação Gráfica Georreferenciada (RGG).-----

- A Câmara Municipal tem realizado várias intervenções de limpeza e de remarcação de trilhos pedestres no território concelhio, assegurando as melhores condições de circulação e segurança para todos os praticantes de caminhada. -----

- O Município está a implementar um programa de compostagem doméstica, encontrando-se agendadas, para o presente mês de maio, ações de divulgação e de

esclarecimento dirigidas aos/às Presidentes de Junta de Freguesia e entidades parceiras, bem como à população. -----

Terminada a sua intervenção, o senhor Presidente perguntou ao senhor Vice-Presidente, Adelino Cunha, se queria usar da palavra para pedir algum esclarecimento ou apresentar algum assunto. Foi respondido que não. Questionou, igualmente, a senhor vereadora Ana Araújo se pretendia usar da palavra, a qual também respondeu que não.-----

Prosseguindo, o senhor Presidente informou que o senhor vereador Diogo Pereira enviou um requerimento a solicitar a documentação contratual e de execução da empreitada de repavimentação do acesso à Barragem da Caniçada. Sobre este assunto, o senhor Presidente solicitou a presença do Chefe da Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento (DOMAS), Manuel Martins, e do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Paulo Antunes, para prestarem informações sobre os procedimentos que a Câmara Municipal adotou e todos os esclarecimentos necessários. -----

O senhor Presidente informou, ainda, que já foi enviada ao senhor vereador, em suporte digital, toda a informação referente à referida empreitada, e tem presente nesta reunião todo o processo físico para consulta, encontrando-se também disponível para responder a todas as questões suscitadas sobre o assunto. -----

Neste seguimento, o senhor Presidente perguntou ao senhor vereador Diogo Pereira se queria usar da palavra sobre este assunto, respondendo este de imediato que sim. -----

O senhor vereador Diogo Pereira começou por cumprimentar todos/as os/as presentes e agradecer a oportunidade de ser esclarecido sobre este assunto. Explicou que esta questão foi suscitada pela publicação de há duas ou três semanas atrás, no Facebook, sobre a colocação de rails na freguesia de Valdosende, existindo já uma notícia, publicada a 6 (seis) de junho de 2023 (dois mil e vinte e três) pelo jornal O Amarense, que refere que *“A intervenção na via passará pela pavimentação renovada com aplicação de betão betuminoso, sinalização, construção de valetas e aplicação de rails de segurança, além das necessárias limpezas”*. Da consulta que realizou no portal Base Gov verificou que há documentação que não está acessível ao público, não permitindo assim esclarecer as dúvidas que possuía. Por tal, solicitou informação sobre a empreitada de 2023 (dois mil e vinte e três) para perceber se esta tinha sido concluída com trabalhos a menos, o que não é possível confirmar pelas *“fontes abertas”*. -----

De seguida o senhor Presidente leu parte do requerimento apresentado: *“o presente pedido assume carácter urgente por se destinar à verificação da coerência entre a intervenção anunciada em 2023 (dois mil e vinte e três) e a realidade atual, não sendo aceitável que intervenções apresentadas como concluídas venham a justificar nova afetação de recursos públicos sem o devido escrutínio...”*. Perguntando de imediato: *“o senhor vereador acha que pagamos os rails e não foram colocados? Estão presentes nesta reunião os senhores Chefes Divisão para esclarecer todas as dúvidas sobre esta empreitada.”* -----

O vereador Diogo Pereira respondeu: *“neste momento, não tenho dúvidas porque recebi o email há cerca de 10 (dez) minutos com a informação solicitada e não tive oportunidade para a analisar”*. No entanto, questionou: *“se a execução física só foi concretizada agora, o que se assume aqui? Ou houve revisão da empreitada ou trabalhos a menos? Esta resposta pode ser imediata!”* -----

O senhor Presidente lembrou que, de acordo com o Regimento da Câmara Municipal, possuía 30 (trinta dias) dias para responder ao requerimento, prazo este que foi devidamente cumprido. -----

Seguidamente, e de forma a clarificar, o senhor Chefe da DOMAS, Manuel Martins, interveio informando que o mapa de quantidades da empreitada de repavimentação do acesso à Barragem da Caniçada não contempla a colocação de rails. Por uma questão de boa e rigorosa gestão, uma vez que os custos seriam muito mais elevados se estes trabalhos fossem executados pela empresa adjudicatária, decidiu-se programa-los para agora e por administração direta. Esclareceu também que a referida empreitada de 2023 (dois mil e vinte e três) tem trabalhos a menos, bem como trabalhos a mais, todos eles claramente identificados nos documentos oficiais da empreitada. -----

Encerrando este assunto, o senhor Presidente informou que a publicação no Facebook sobre a colocação dos 4,5 km (quatro vírgula cinco quilómetros) de rails no concelho não é uma publicação oficial da Câmara Municipal e, de seguida, agradece e dispensa a presença dos senhores Chefes de Divisão. -----

Prosseguindo e ainda no período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente deu conhecimento aos/à senhores/a vereadores/a das operações orçamentais e das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal, nomeadamente autorização para: -----

- A despesa de 2.583,90 € (dois mil, quinhentos e oitenta e três euros e noventa centavos), acrescidos de IVA, para a aquisição de equipamento de ginásio para o Clube de Saúde do Gerês e para a Piscina Municipal; -----

- Aquisição de mesas e bancos, para reforço do apoio logístico aos eventos e iniciativas promovidas ou apoiadas pelo Município, no valor de 11.860,00 € (onze mil, oitocentos e sessenta euros), acrescidos de IVA; -----

- Substituição do mobiliário existente na Praceta Honório de Lima, na Vila do Gerês, 15 (quinze) bancos e 5 (cinco) papeleiras, no valor total de 7.982,25 € (sete mil, novecentos e oitenta e dois euros e vinte e cinco centavos), acrescidos de IVA; -----

- Abertura de procedimento de consulta prévia para diversos trabalhos de aplicação de calçada em diferentes locais do concelho, tendo como preço base 94.754,15 € (noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e quinze centavos), acrescidos de IVA.

- Aquisição de um terreno em Vilarinho, freguesia de Valdosende, pelo valor de 17.000,00 € (dezasete mil euros). Com a aquisição deste terreno o lugar de Vilarinho beneficiará de maior espaço público, facilitando o estacionamento. -----

- Aquisição de consumíveis para o Centro de Recolha Oficial (CRO) – Canil Municipal, no valor de 8.650,00 € (oito mil, seiscentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA. -----

Foi apurada, para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), a Taxa de Recursos Hídricos (TRH) no valor de 0,0197 €/m³ (zero vírgula zero cento e noventa e sete euros por metro cúbico), atendendo aos valores de 2025 (dois mil e vinte e cinco) de água faturada, 308.345 m³ (trezentos e oito mil, trezentos e quarenta e cinco metros cúbicos), e pagos à Agência Portuguesa do Ambiente de TRH, 6.088,20 € (seis mil e oitenta e oito euros e vinte centavos). O valor da TRH aplicado em 2025 (dois mil e vinte e cinco) foi de 0,0152 €/m³ (zero vírgula zero cento e cinquenta e dois euros por metro cúbico).-----

A Câmara Municipal recebeu do Centro Social do Vale do Homem informação sobre a oferta formativa dirigida a assistentes operacionais, assistentes técnicos, dirigentes, técnicos e coordenadores do Agrupamento de Escolas e da Câmara Municipal. Esta informação será divulgada por todos/as os trabalhadores/a, proporcionando-lhes a oportunidade de frequentar formação nas diferentes áreas do conhecimento. -----

No âmbito da delegação de competências da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. para o Município, referentes aos poderes para atribuição de licenças de utilização privativa dos

recursos hídricos do domínio público na Albufeira da Caniçada para a navegação marítimo-turística e respetivas infraestruturas e equipamentos de apoio, e respetiva fiscalização, o Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ) encontra-se a informar todos os pedidos de licenciamento para decisão final do senhor Presidente e, posterior, cobrança de taxas mediante a área de ocupação. -----

O Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) está a preparar uma alteração à Portaria n.º 31/2007, de 8 de janeiro, prevendo-se um aumento do valor da taxa de acesso a viaturas motorizadas na área abrangida pela Reserva Biogenética da Mata da Albergaria de 1,00 € (um euro) para 2,5 € (dois euros e cinquenta cêntimos). Para o efeito, serão auscultadas também as Juntas de Freguesia de Rio Caldo, Campo do Gerês e Vilar da Veiga. No âmbito da cobrança das referidas taxas no ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), a ADERE – Peneda Gerês encontra-se a encetar trabalho de preparação para a sua boa cobrança. -----

O senhor Presidente fez também referência que as declarações de voto do senhor vereador Diogo Pereira sobre o Documento de Prestação de Contas e o Regulamento do Evento da Abertura das Termas n Vila do Gerês foram enviadas fora do prazo, ultrapassando as 24 (vinte e quatro) horas previstas no artigo 8.º do Regimento da Câmara Municipal. O que se verificou foi que a referidas declarações de voto foram, primeiramente, publicadas na rede social Facebook e só depois enviadas para o Presidente de Câmara. No entanto, as referidas declarações de voto foram aceites. -----

Respondendo, o senhor vereador Diogo Pereira referiu que foi um lapso o envio tardio das declarações de voto, assumindo a falha. *“Apercebi-me na reunião da Assembleia Municipal que o email não seguiu, e reencaminhei-o logo que me foi possível, ou seja, à uma hora e tal da manhã”*.-----

Relativamente à Assembleia Municipal, o senhor Presidente proferiu que *“na Assembleia Municipal a postura do senhor vereador Diogo Pereira não foi elegante, como é do seu conhecimento não pode usar da palavra e, no caso em concreto, eu ainda não tinha tido conhecimento das declarações de voto.”* -----

De seguida, o senhor vereador Diogo Pereira, relativamente ao uso da palavra na Assembleia Municipal, retorquiu: *“não é não pode, mas sim não deve”*.-----

Continuando a usar da palavra e no sentido de fundamentar o seu sentido de voto relativo às propostas apresentadas na ordem de trabalhos, o senhor vereador Diogo Pereira referiu o seguinte:-----

- Abster-se-á na votação do ponto 1 e 2 (um e dois), protocolo de gestão partilhada da máquina de rastros (bulldozer) intermunicipal e adenda ao protocolo celebrado com a Associação Florestal do Cávado para a operacionalização da máquina de rastros, respetivamente, por considerar que o custo/dia de 406,00 € (quatrocentos e seis euros) é superior ao praticado no mercado.-----

- Votará favoravelmente o ponto 3 (três), proposta de alteração do Regulamento Municipal Habitação Condigna, apesar de ter tido dificuldade em perceber quais são as alterações introduzidas. Considera, ainda, que seria importante prever apoios para a fixação de jovens, nomeadamente respostas habitacionais com arrendamento acessível.-

- No ponto 4 (quatro), proposta de aditamento ao contrato-promessa de compra e venda de imóvel sito em Ervedeiros, freguesia de Carvalheira, abster-se-á por não possuir conforto em votar favoravelmente, para tal deveria constar em anexo a avaliação do imóvel.-----

- Sobre o ponto 5 (cinco), pedido de apoio para a remoção de pedra de grandes dimensões na rua do Picoto, freguesia de Rio Caldo, votará favoravelmente e questionou o senhor Presidente se este trabalho faz parte da empreitada de Requalificação da Rua do Picoto.

- O ponto 8 (oito), minuta de protocolo a celebrar com proprietários de transportes pesados internacionais, com vista à colocação de publicidade institucional e turística do município, merecerá a sua abstenção por não estarem bem definidos os critérios, nomeadamente a dimensão dos atrelados. -----

- Quanto à proposta apresentada no ponto 12 (doze), relativa à contratação, em regime de prestação de serviços, de uma técnica especializada para o desenvolvimento de oficinas criativas, considera uma iniciativa excelente e meritória, por tal votará favoravelmente.

- No ponto 15 (quinze), pedido de apoio financeiro da Comissão de Festas de Santo António de Rio Caldo, votará favoravelmente e apresentará declaração de voto, que passou a ler: *“Senhor Presidente, senhores/a Vereadores/a, declaro o meu voto favorável à atribuição do apoio de cinco mil euros à Comissão de Festas de Santo António de Rio Caldo. Faço-o, contudo, com a expressa ressalva de que este apoio deve ser entendido à luz de um princípio de equidade e uniformidade de critérios por parte do Município.*

Assim, sempre que venham a ser apresentados pedidos de natureza análoga, relativos a comissões de festas ou iniciativas de idêntica relevância comunitária e preenchidos os mesmos pressupostos materiais, deverá ser assegurado tratamento equivalente, designadamente quanto ao montante do apoio a atribuir. Entendo que a transparência, a igualdade de tratamento e a coerência decisória devem constituir referência estável na apreciação deste tipo de pretensões.” -----

- A proposta por si subscrita, relativa à criação do Conselho Municipal da Diáspora, do Regresso e da Empregabilidade e do Gabinete Municipal de Apoio ao Regresso de Terras de Bouro, tem como objetivo reforçar o apoio ao regresso de emigrantes ao concelho através do Gabinete e Inserção Profissional (GIP), no âmbito da empregabilidade, e da articulação com a diáspora e as geminações existentes.-----

- O “Sorriso Terras de Bouro”, ponto 23 (vinte e três), proposta também por si apresentada, tem um carácter preventivo e reativo. Considerando a saúde oral um problema transversal em Portugal, a criação deste Programa Municipal de Medicina Dentária Gratuita, aproveitando o equipamento já existente no Centro de Saúde de Terras de Bouro, nomeadamente a cadeira de dentista, seria uma mais valia para a população terrabourense. -----

- Com a criação do Programa Municipal de Literacia em Saúde “Terras de Bouro +Saúde”, proposta também por si subscrita, pretende-se apostar na capacitação da população na área dos cuidados de saúde, promovendo o bem-estar e a saúde, a prevenção da doença e a otimização da utilização dos serviços de saúde.-----

- Relativamente aos restantes pontos, nada obsta e votará favoravelmente.-----

Respondendo, o senhor Presidente informou que, no que diz respeito ao custo/hora da máquina de rastos (buldózer), e após consultar outras Comunidades Intermunicipais (CIM’s) do país, verifica-se que este é o mais barato. Este é um processo da CIM Cávado está a ser liderado por si, tendo existido, até à presente data, uma estreita conversação com os Ministérios da Agricultura e Pescas, da Administração Interna e do Ambiente, no sentido de ser garantido suporte de custos para a execução deste projeto. Aquando da entrega da buldózer à CIM Cávado, este equipamento, pela sua dimensão e peso, ficou a aguardar a sua utilização e operacionalização nas instalações do Regimento de Cavalaria de Braga. Ficou decidido numa reunião da CIM Cávado, realizada em Terras de Bouro, que cada Município contratava os serviços para a operacionalização da máquina. Terras

de Bouro, para além da contratação desses serviços, foi o único concelho da CIM Cávado que proporcionou formação a um funcionário para manobrar este tipo de máquina. No entanto, uma vez que a Câmara Municipal possui apenas dois maquinistas, profissionais com muito trabalho para executar, torna-se necessário a contratação destes serviços à Associação Florestal do Cávado. O serviço será pago através da confirmação das horas registadas pela máquina. Neste momento, a máquina está em área do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG). Reforçando, o senhor Presidente disse: *“A proteção da floresta de Terras de Bouro continua a ser na nossa prioridade, este trabalho de proteção tem que ser realizado, evitando que os incêndios atinjam prejuízos ambientais e paisagísticos, muitas vezes, irreversíveis”*. A CIM Cávado, ao contrário do que se perspectivava, é a que se encontra com este processo mais avançado. O senhor Presidente, desde do início, que defende que a máquina mais adequada para o nosso território é a retroescavadora, pela sua dimensão e facilidade de manobra. Tem conhecimento que, neste momento, estão apenas em funcionamento duas buldózers a nível nacional, a da CIM Cávado e outra na zona centro do país. As outras CIM ainda se encontram em conversações com os Ministérios. *“Nesta fase, é imperativo colocar a máquina no terreno a trabalhar, não há problema a Câmara Municipal investir cerca 15.000,00 € (quinze mil euros), pois o custo/benefício será muito significativo pelo retorno gerado, ou seja, pela proteção do nosso território proporcionada pelos trabalhos de limpeza e abertura de acessos. No entanto, perspectiva-se que, no âmbito do DECIR (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais), que inicia a 15 (quinze) de maio, possa existir financiamento. A máquina está cá, foi colocada no local, atendendo ao mapeamento do risco de incêndio, e os trabalhos estão a ser acompanhados pelo Nuno Dias, técnico do Gabinete Técnico Florestal do Município. Estamos à espera da entrega de um trator com destroçador para ajudar também nas limpezas”*. Concluiu o senhor Presidente.

Sobre a alteração do Regulamento Municipal de Melhoria das Condições de Habitabilidade – Habitação Condigna, o senhor Presidente informou que uma das alterações relevantes é o aumento do apoio máximo para a realização de obras de 5.000,00 € (cinco mil euros) para 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros), atendendo aos preços de mercado praticados, nos dias de hoje, no setor da construção civil. Mantem-se previsto que as habitações, que sejam objeto de apoio, estejam sujeitas a um ónus de inalienabilidade pelo prazo de cinco anos, a contar da data de conclusão da intervenção alvo do financiamento. Pretende-se também apoiar as várias famílias que vivem em

condições indignas e que ainda não tiveram resposta das candidaturas apresentadas ao Programa de Apoio ao Acesso Habitação, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), na qualidade de Beneficiários Diretos. Este atraso na resposta do Instituto da Habitação Reabilitação Urbana (IHRU) já foi alvo de manifesto de grande desagrado junto do seu presidente, Benjamim Pereira, nas várias reuniões tidas sobre este assunto. Mesmo estando previsto financiamento a 100% (cem por cento) até 2030 (dois mil e trinta) no âmbito regime especial do Programa 1.º Direito, face aos Rendimentos Médios Mensais (RMM) destas famílias, a resolução dos graves problemas habitacionais continua suspensa. No que diz respeito à habitação para arrendamento acessível, está prevista a reabilitação de 46 (quarenta e seis) fogos dispersos pelo concelho, que já possuem projetos de execução elaborados e certificados energéticos emitidos, a aquisição de um imóvel para a criação de 6 (seis) fogos em Carvalheira, e a criação de vários lotes para construção. A atribuição destas habitações às famílias, no âmbito do arrendamento acessível, será regulada por um Regulamento Municipal a criar, e que priorizará as famílias com filhos menores e as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. O Regulamento apresentado nesta reunião para alteração prevê apoio à renda durante 36 (trinta e seis) meses. No entanto, nos casos elegíveis, é priorizado o apoio na elaboração das candidaturas ao programa estatal “Portal 65”, pelo qual muitos/as jovens têm sido apoiados/as. -----

Relativamente à proposta de adenda a contrato-promessa de compra e venda de imóvel sito no lugar de Ervedeiros, apresentado no ponto 4 (quatro) da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente informou que o presente contrato-promessa foi objeto de deliberação pelo executivo camarário a 28 (vinte e oito) de março de 2024 (dois mil e vinte e quatro), e nessa altura foi apresentado o Laudo de Avaliação do Imóvel. Esta adenda propõe-se agora porque, apesar de ainda não termos garantido o financiamento ao abrigo da candidatura apresentada ao Investimento RE-CO2-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no âmbito do financiamento PO2030 a Câmara Municipal terá condições financeiras para adquirir o imóvel. Ainda não foram publicados os avisos de candidatura, mas para o nosso município está afeta, no âmbito do PO2030, uma verba de cerca de 1.750.000,00 € (um milhão, setecentos e cinquenta mil euros) para a habitação. Este investimento será realizado prioritariamente na reabilitação de fogos localizados em zonas cobertas por infraestruturas. Está a desenvolver-se um intenso trabalho com o

objetivo de serem criadas mais respostas habitacionais, nomeadamente no Gerês com o apoio do ICNF, em Valdosende através dos Baldios e em Rio Caldo, no lugar da Seara. -

Quanto à questão colocada pelo senhor vereador Diogo Pereira sobre os trabalhos de remoção do penedo na rua do Picoto, em Rio Caldo, o senhor Presidente respondeu que estes trabalhos não estão previstos na empreitada e que não fazia sentido cortar o inerte depois de executar a pavimentação. -----

Sobre a proposta de criação do Conselho Municipal da Diáspora, do Regresso e da Empregabilidade e do Gabinete Municipal de Apoio ao Regresso de Terras de Bouro, o senhor Presidente elucidou que existe um importante apoio governamental aos emigrantes através do Programa Regressar. Este programa apoia os emigrantes no regresso a Portugal e, envolvendo as várias áreas governativas, inclui medidas concretas como um regime fiscal mais favorável, um apoio financeiro para os emigrantes que venham trabalhar para Portugal e uma linha de crédito para apoiar o investimento empresarial e a criação de novos negócios em território nacional, entre outras. A Câmara Municipal possui o Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE), uma resposta que resulta de um acordo de cooperação entre a Câmara Municipal de Terras de Bouro e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas. Este serviço presta apoio gratuito e personalizado aos cidadãos portugueses que estão emigrados, que desejam emigrar, ou que regressem a Portugal. No âmbito das suas competências, o Gabinete de Inserção Profissional consiste numa resposta de apoio ao emprego, quer de residentes quer de emigrantes que regressem ao concelho. *“No âmbito da empregabilidade, é muito perigoso criar expetativas erradas, todos conhecemos a realidade”*, disse.

No âmbito da proposta apresentada pelo senhor vereador Diogo Pereira sobre a criação do Programa Municipal de Medicina Dentária Gratuita “Sorriso de Terras de Bouro”, o senhor Presidente prestou informação sobre as respostas, na área da saúde oral, promovidas em Terras de Bouro, a saber: -----

- De acordo com as atribuições do Serviço Nacional de Saúde, as situações relacionadas com os problemas de saúde oral são, maioritariamente, encaminhadas para os competentes Serviços de Saúde, nomeadamente para a especialidade de Estomatologia e Medicina Dentária do Hospital de Braga, onde são prestados tratamentos completos naquela. -----

- Em alguns casos, de forma a tornar a intervenção ao nível da saúde oral mais célere, a Câmara Municipal disponibiliza apoio aos/às munícipes em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica. Para o efeito, o Município dispõe de dois instrumentos de apoio que se encontram em vigor, nomeadamente: a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual, no âmbito do processo de descentralização de competências no domínio da Ação Social para as autarquias locais, e a atribuição de apoio através do Protocolo de Colaboração e Mecenato celebrado entre a Irmandade de São Bento da Porta Aberta e a Câmara Municipal. Estas duas medidas de apoio social contribuem para a prevenção e ou reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de exclusão ou vulnerabilidade social, pelo que é enquadrada a concessão de apoios na área da saúde oral.-----

- Existe a atribuição do Cheque-Dentista, ou seja, de um vale emitido pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) que permite a realização gratuita de tratamentos dentários em médicos dentistas aderentes. Destina-se a crianças e jovens, grávidas, beneficiários do complemento solidário para idosos, portadores de VIH e casos de risco de cancro oral. -

- Existe uma cadeira de estomatologia na Unidade de Saúde Familiar (USF) de Terras de Bouro, mas ainda não se encontra em funcionamento, pois ainda não está licenciada pelo Ministério da Saúde. Decorrerá uma reunião, no próximo dia 8 (oito) de maio, com o Presidente do Conselho da Administração da Unidade Local de Saúde de Braga (ULS Braga), Américo Afonso, onde também será abordado este assunto. Aquando da entrada em funcionamento das consultas de medicina dentária na USF de Terras de Bouro, a Câmara Municipal estabelecerá protocolo com a ULS Braga, no sentido de assegurar esta resposta a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade económica.-----

Por fim, e no que diz respeito à Criação de um Programa Municipal de Literacia em Saúde em Terras de Bouro, o senhor Presidente elucidou o senhor Vereador Diogo sobre o trabalho desenvolvido nesta matéria, ou seja:-----

- No âmbito do plano de ação do CLDS 5GEIRA estão a ser desenvolvidas diversas atividades na área da saúde, com enfoque na promoção da literacia em saúde, prevenção da doença e capacitação dos participantes para a adoção de estilos de vida saudáveis, nomeadamente: sessões de esclarecimento sobre polimedicação e automedicação; sessões de sensibilização para a promoção da qualidade do sono; sessões lúdico-pedagógica para crianças sobre como atuar em situações de emergência; sessões individuais de

esclarecimento sobre a avaliação do risco da diabetes; ações de capacitação para adultos sobre reconhecimento e atuação em situações de emergência, atuação em situações de obstrução da via aérea, suporte básico de vida, abordagem a queimaduras, cuidados básicos em feridas, traumas e lesões físicas, contacto eficaz com o 112, preparação de kit de emergência, resposta a acidente e doença súbita, atuação em acidentes domésticos, alimentação saudável, hidratação e bem-estar, vigilância de indicadores básicos de saúde, competências de autocuidado e cuidado ao outro, parentalidade positiva na saúde, promoção da autonomia e qualidade de vida.-----

- Promoção da “Atividade Física”, hidroginástica e ginástica em sala, no âmbito do Plano de Ação (Inter)Municipal para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis de Terras de Bouro;-----

- O projeto Ter + Sucesso em Terras de Bouro - Ter + Sucesso na Leitura & Escrita dota os/as alunos/as de competências de literacia comunicacional, leitura e escrita, sobre a saúde e bem-estar.-----

- Através do Regulamento Municipal de Apoio à Aquisição de Medicamentos, as/os cidadãs/ãos com doenças crónicas que se encontrem em situação de carência económica recebem um apoio de 200,00 € (duzentos euros) por ano para a aquisição de medicamentos prescritos através de receita médica. -----

- A Câmara Municipal é um privilegiado parceiro da Unidade de Cuidados na Comunidade de Terras de Bouro (UCC) no desenvolvimento dos seguintes projetos/programas: Projeto de Necessidades de Saúde Especiais (NSE), Programa de Alimentação Saudável em Saúde Escolar (PASSE), Educação para os Afetos e Sexualidade em Saúde Escolar, Programa Nacional de Saúde Oral nas Escola, Programa de Saúde Escolar “Mais Contigo”, Ações de Literacia em Saúde, Programa Nacional de Reabilitação, Problemas Ligados ao Álcool (PLA), Programa Saúde Materna e Centro de Responsabilidade Integrado de Saúde Mental (CRI-SM). -----

- Com a criação do Gabinete de Apoio à Família e prevendo-se a contratação de um médico, haverá consultas médicas ao domicílio para as pessoas em situações de maior vulnerabilidade. -----

- Estão a decorrer conversações com o Centro de Medicina Digital P5, com o objetivo de disponibilizar a toda a população uma plataforma digital com consultas médicas online 24 (vinte e quatro) horas por dia. Este projeto é liderado pelo Médico Carlos Capela.----

Sendo 11h30 (onze horas e trinta minutos) e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----